g) Processo sistemático de concessão de equivalências sem a intervenção do conselho científico, registando-se mesmo casos de equivalências ilegalmente atribuídas no curso de GARA;

h) Abandono da UNI por turmas em bloco nos primeiros anos dos cursos de licenciatura;

i) Falta de pagamento de propinas;

j) Ausência de programas em unidades curriculares dos cursos de licenciatura em Arquitectura, Engenharia Industrial, Engenharia Informática e Engenharia Electrotécnica;

l) Calendário escolar que persiste em não garantir o número de horas de contacto definidas por unidade curricular;

m) Conflito aberto entre a direcção da SIDES, S. A., e a direcção da Associação Académica da UNI.

XIII — Analisado o processo, composto por 16 volumes, e correspondente relatório final, que se dá na íntegra por reproduzido, ponderada a gravidade e amplitude dos factos apurados e do que ficou demonstrado no decurso do processo de encerramento compulsivo instruído para o efeito, confirmado, posteriormente, nas diligências complementares de prova efectuadas e não contraditado pela SIDES, S. A., entidade instituidora da UNI, nos seus aspectos essenciais;

XIV — Considerando-se, inequivocamente, demonstrado, nos termos do mencionado processo, relatórios, preliminares e final, da Inspeção-Geral, pronúncia da entidade instituidora e diligências complementares de prova, que o funcionamento da UNI decorreu, no período em apreciação, e continua a decorrer no momento presente, em condições de manifesta degradação pedagógica, com desrespeito dos normativos que são garantia da qualidade do ensino e da necessária credibilidade pública dos seus cursos;

XV — Considerando-se demonstrado estarem afectados de forma profunda, generalizada e irreversível os sectores chave do funcionamento pedagógico da UNI, sendo, pois, inquestionável e notória a sua falta de credibilidade para assegurar a qualidade científica, pedagógica e cultural do ensino aí ministrado, como se exige a uma instituição de ensino superior reconhecida como de interesse público;

XVI — Considerando que a respectiva entidade instituidora no decurso do mesmo processo e até ao termo dos prazos estabelecidos para efeito de regularização da situação e de audição não logrou contrariar, quer repondo o normal funcionamento da instituição quer carreando para o processo novos elementos que indiciassem a tomada das medidas adequadas a inverter a situação gerada na UNI, mantendo-se, dessa forma, irremediavelmente afectado o seu funcionamento como estabelecimento de ensino superior;

XVII — Considerando, por outro lado, as obrigações cometidas ao Estado na defesa da qualidade, da credibilidade e da dignificação do ensino superior português, legitimando a acção fiscalizadora em toda a sua extensão e consequências;

XVIII — Considerando que as liberdades de aprender e de ensinar asseguradas pelo artigo 43.º da Constituição para poderem ser efectivas, vinculadas como devem estar ao indispensável e desejável aperfeiçoamento do ser humano, exigem que o Estado procure assegurar a qualidade daquilo que se ensina e daquilo que se aprende no ensino público como no ensino privado, sem o que mais não seriam do que liberdades meramente formais, vazias de qualquer capacidade formativa;

XIX — Atentos os interesses público e de terceiros, nomeadamente alunos que podem ser lesados pela situação de manifesta degradação pedagógica, inequivocamente comprovada no processo instruído para o efeito pela Inspeção-Geral e nos termos melhor salientados nos correspondentes relatórios preliminar e final, que se dão por integralmente reproduzidos para os devidos efeitos legais, entende-se justificada a imposição do encerramento compulsivo, tal como vem proposto nos mesmos relatórios;

XX — Considerando, ainda, que a lei não prevê qualquer providência distinta do encerramento compulsivo e menos grave para os interesses da instituição capaz de reparar o mal feito, repondo o respeito pelos princípios e regras de funcionamento que esta nunca deveria ter deixado de observar, aquela providência mostra-se indispensável, adequada e proporcional à defesa dos valores que ao Estado cumpre promover no âmbito do ensino universitário;

XXI — Considerando todas as providências entretanto tomadas, tendo em vista assegurar a salvaguarda dos interesses dos alunos, nomeadamente através da realização e da guarda pela Inspeção-Geral de cópia actualizada das bases de dados do percurso académico dos alunos da UNI e do programa que permite aceder à mesma e da aplicação dos regimes de mudança de curso e transferência no ensino superior;

XXII — Considerando que a oferta formativa actual na rede de ensino superior cobre, globalmente, os cursos ministrados na UNI, permitindo, designadamente, a mudança dos alunos para outra instituição de ensino superior, por forma a poderem prosseguir os seus estudos;

XXIII — Dou por válidas e mantenho, por não infirmadas, as razões, de facto e de direito, invocadas no meu anterior despacho de 9 de Abril de 2007, pelo que:

1) Atento o disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 47.º do Estatuto, ouvidas a SIDES — Sociedade Independente para o Desenvolvimento do Ensino Superior, S. A., e a UNI, determino o encerramento compulsivo do estabelecimento de ensino superior Universidade Independente de que é instituidora a mencionada SIDES, S. A., por se comprovar, inequivocamente, uma manifesta degradação pedagógica das condições de funcionamento daquela Universidade, em processo instruído para o efeito pela Inspeção-Geral do Ministério, seguido de diligências complementares de prova, para que se remete e se considera reproduzido na íntegra;

2) Este despacho produz efeitos imediatos com a sua notificação, devendo a entidade instituidora dar-lhe cumprimento, procedendo ao encerramento da Universidade Independente até 31 de Outubro de 2007, assegurando, exclusivamente e até essa data, as actividades estritamente necessárias à conclusão do ano lectivo de 2006-2007, sendo da sua inteira responsabilidade a prática de qualquer acto ou actividade que possa criar expectativas ou iludir alunos, professores e pessoal não docente relativamente ao funcionamento da Universidade no ano lectivo de 2007-2008, devendo, nomeadamente, abster-se de desenvolver naquele estabelecimento quaisquer actividades lectivas ou outras relacionadas com o ensino ou, ainda, com a preparação de um novo ano escolar, tais como efectuar matrículas e inscrições, contratar docentes ou pessoal não docente, distribuir serviço docente e definir conteúdos, programas, metodologias, etc.;

3) Caso os responsáveis pelo estabelecimento de ensino não cumpram integralmente o presente despacho, em termos susceptíveis de verificação *in loco*, será o mesmo comunicado às autoridades administrativas e policiais competentes para procederem, de imediato, ao encerramento coercivo do estabelecimento, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 47.º do Estatuto;

4) Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 48.º do Estatuto, fica a Direcção-Geral do Ensino Superior encarregue da guarda da documentação fundamental da Universidade Independente, após auto de entrega da mesma pelos responsáveis pelo estabelecimento de ensino superior, a efectuar em 31 de Janeiro de 2008, devendo estes assegurar, como é da sua responsabilidade legal, a integral conservação e fidedignidade daqueles registos, bem como, designadamente, a emissão dos documentos comprovativos da situação académica dos alunos até à sua efectiva entrega para guarda na Direcção-Geral do Ensino Superior;

5) Notifiquem-se a SIDES — Sociedade Independente para o Desenvolvimento do Ensino Superior, S. A., e a Universidade Independente;

6) A Inspeção-Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Direcção-Geral do Ensino Superior, para efeitos de cumprimento do presente despacho.

2 de Agosto de 2007. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 20 164/2007

Por despacho do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de 5 de Agosto de 2007, foi autorizado o regresso da situação de licença sem vencimento de longa duração da funcionária Maria Anabela da Costa Teves Ferreira da Silva, detentora da categoria de 1.º oficial, correspondente à actual categoria de assistente administrativo principal, do quadro de pessoal da ex-Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Agosto de 2007. — O Secretário-Geral, *António Raúl Capaz Coelho*.

Escola Náutica Infante D. Henrique

Despacho (extracto) n.º 20 165/2007

Em face do resultado das eleições para o conselho directivo da Escola Náutica Infante D. Henrique, realizadas em 1 de Junho de 2006, homologadas pelo despacho n.º 15 323/2007, de 12 de Julho, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e nos termos do artigo 38.º dos Estatutos da Escola Náutica Infante D. Henrique, homologados pelo Despacho Normativo n.º 29/2004, de 20 de Maio, nomeio, em comissão de serviço, para presidente do conselho directivo o professor-adjunto Abel da Silva Simões.

2 de Agosto de 2007. — O Director, *João Reverendo da Silva*.